

IPORANGA REJEITA PROTEÇÃO AMBIENTAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, DISCURSOS E OS ASPECTOS EDUCATIVOS ASSOCIADOS AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO VALE DO RIBEIRA (SP)

Luiz Afonso Vaz de Figueiredo (FSA)

Contextualizando o Problema

“...entrô na mata a gente se sente... parece qu’ê ôtra vida [...] a gente se sente bem, a gente vê que é certamente a vegetação memo que tá mandando naquilo...” (Seu Gonçalo, depoimento, 1989)

O trabalho ora apresentado está relacionado com uma parte de minha pesquisa desenvolvida no curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-UNICAMP) e que procurava compreender o pedagógico por trás da complexidade da questão ambiental e das relações sociais no município de Iporanga-SP. Esse estudo de caso no Vale do Ribeira, procurou demonstrar as relações entre proteção ambiental, desenvolvimento social e econômico, políticas públicas e movimentos sociais.

Iporanga é uma cidade histórica, ligada ao ciclo paulista do ouro, localizada no Alto Vale do Ribeira, também conhecida como “Capital das Grutas”, em virtude de possuir uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil. A região possui, também, importante remanescente florestal de Mata Atlântica. Esses fatos levaram a cidade a ser tombada como patrimônio histórico estadual e serem implantadas diversas Unidades de Conservação, tal como: o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), sendo que mais de 80 % da área do município está sujeita a algum tipo de restrição ambiental.

Por outro lado, predominava a agricultura de subsistência, como atividade econômica, cuja base tradicional estava em desacordo com a questão ambiental. Associado à isso, a falta de alternativas econômicas adequadas à essa realidade levaram à marginalização da população local, induzindo-os às atividades de extrativismo vegetal, principalmente o corte do palmito e da madeira, e a exploração mineral, inicialmente o chumbo e depois o calcário. Por estarem localizadas nessas áreas restritivas, essas atividades foram consideradas ilegais ou irregulares, iniciando-se, assim, os conflitos.

Por isso é fundamental uma consciência crítica da atuação como militante e como pesquisador, é preciso decodificar o discurso, o conflito. Conforme Gadotti(1984, p. 54), é

preciso, muito mais, partir de uma pedagogia do conflito do que de uma pedagogia do diálogo. Ou seja, deve-se deixar transbordar o conflituoso nas relações que se instauram, criar uma "desobediência" ao processo formal que mascara a situação conflitante e que tenderia a levar para uma visão incompleta da realidade. Esse foi o caminho trilhado.

A Construção Social da Novela Pedagógica: Aspectos Teórico-Methodológicos

Para desvelar o conflito gerado pelo tema da pesquisa e entender como o trabalho se estruturou, tive que promover uma caminhada pela minha história de vida, em que conviveram, em necessário intercâmbio: **militância-ensino-pesquisa**. Procurei mergulhar fundo no lago desse fazer, resgatando a trajetória de uma pesquisa participativa e a base teórico-prática para compreender o processo de (re) educação que se fez extravasar.

Enfocou-se na pesquisa a implantação das políticas públicas relacionadas com a questão da preservação e do desenvolvimento socioeconômico, contrapondo com as representações sociais que levaram ao discurso "anti-preservacionista", disseminado a partir da década de 70 e observado entre atores sociais que construíram o fenômeno pedagógico que estudei e participei. Escolhi Iporanga como estudo de caso, por ser representativa da problemática em questão e pela profunda afeição que adquiri por essa localidade, inicialmente como militante ambientalista e espeleólogo, posteriormente como pesquisador-educador, envolvido com a problemática local.

A partir da identificação dos atores e das ações; pode-se analisar as passagens dessa história, em cenas com recortes cronológicos, separando arbitrariamente o tema em dois enfoques. O primeiro relativo ao tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico de Iporanga e o segundo relativo ao processo de implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), destacando as percepções e os discursos dos protagonistas que engendraram os conflitos e a história de suas inter-relações.

A escolha da observação participante como procedimento metodológico deve-se ao mesmo fato apontado por Noronha, no qual se "*...aspira a conhecer o Homem em sua totalidade concreta, a partir de suas produções e representações*" (Noronha, 1986, p. 41). Reflexões sobre os métodos da Antropologia foram complementadas pela coletânea

organizada por Cardoso (1986) e as aplicações na educação (Ludke & André, 1986), permitiram aflorar as interações que existiam naquele espaço específico e ainda analisar o fenômeno pedagógico que se estruturava ou se modificava ao longo do tempo e do espaço.

A análise documental concentrou-se nos relatórios das ações do governo estadual e nos registros do que foi veiculado pela imprensa, principalmente, para o período que vai de meados da década de 50 até o início do período de gestão democrática (1983/85).

A coleta dos depoimentos orais teve como base conceitual os trabalhos de Demartini (1992 e 1994), Kosminsky (1986), Lang (1992), Meihy (1994), sendo coletados no período de 1989/92 e envolvendo 34 representantes de diversos segmentos da população iporanguense e agentes de proteção ambiental. Esses depoimentos forneceram os elementos necessários para a compreensão da problemática e das disputas geradas no município.

Outro aspecto fundamental para a pesquisa foram as reflexões sobre a Teoria das Representações Sociais, tendo como base o trabalho de Moscovici (1978) e os trabalhos pesquisadores das representações sociais e das práticas discursivas, principalmente da área de psicossocial. (Guareschi & Jovchelovitch, 1994; Sá, 1996; Spink, 1993 e 1999), além dos trabalhos de aplicação dessa teoria nas questões ambientais por Reigota (1995). Outra base conceitual foram os estudos sobre Percepção Ambiental (Del Rio & Oliveira, 1996).

As Ações do Estado e os Conflitos

O Tombamento da Cidade

Conversar com moradores, que há décadas convivem com essa problemática, com a dificuldade de encontrar materiais, com o descaso das autoridades, além das goteiras, as paredes caindo, cupins infestando as partes de madeira, nos trouxe à tona a problemática do tombamento. Mas que tombamento é esse? Observa-se isso, literalmente, ao percorrer pelo trecho central da cidade, acometido pelas agruras do tempo e pela insensatez dos homens.

O processo de tombamento é uma seqüência lógica de atos praticados pela Administração pública, no caso pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), visando a proteção de algum importante patrimônio cultural. (Rodrigues, 1993:188)

Iporanga foi “descoberta” pelo Arquiteto Carlos Lemos, na década de 50 como importante arraial de mineração de ouro e sítio arquitetônico de transição entre o período colonial e imperial. No entanto, a abertura oficial do processo de tombamento de Iporanga pelo CONDEPHAAT ocorreu somente em 1971. Diversos estudos ao longo do processo caracterizaram a importância histórica da cidade e as possibilidades do turismo decorrentes do tombamento da localidade (Lino, 1976 e 1978).

Entretanto, o trâmite burocrático do processo de tombamento foi bastante truncado por aspectos legais, políticos e sociais. Criou-se, inclusive um movimento de resistência entre outros membros da população local, contrários ao tombamento, agravando os conflitos e os jogos de interesses.

Apesar de todo essa situação conflituosa e as resistências, os conselheiros do CONDEPHAAT aprovaram o tombamento, em 1978, sendo que o ato de oficialização somente se consolidou por uma Resolução do Secretário da Cultura, em junho de 1980. O resultado disso foi apenas o contexto de destruição sistemática do patrimônio histórico-arquitetônico, em virtude do desestímulo ou desconhecimento dos munícipes e, principalmente, do descaso dos políticos locais, que se excluíram do seu papel de proteção do patrimônio cultural, agravado pela ineficiência do CONDEPHAAT e impotência dos grupos locais na luta pela preservação

Entrevistas realizadas no início dos anos 90 com atores sociais de diversas idades, participantes desse enredo ou que foram estimulados pelo imaginário coletivo, nos mostraram a gênese da descrença, mesmo entre os mais crédulos defensores da preservação do patrimônio histórico de Iporanga. As concepções e correntes, mesmo as mais divergentes, apontaram como problemas do processo: a falta de recursos, a rotatividade nas ações e a falta de uma política adequada para a condução o tombamento.

Além disso, essa condução simplista e frágil do processo pelo CONDEPHAAT, e seu desaparecimento pós-tombamento, além das mudanças constantes de presidentes e conselheiros do órgão, a cada dois anos, levaram à uma política de atuação descontínua, e isso foi a gota d’água para quem acreditava no tombamento. O que se percebe é que o tombamento virou lenda, mitificou-se entre os iporanguenses, sendo outras vezes lembrado com ironia ou até chacota.

Um vereador, cuja família é bastante interessada com a história da cidade e apoiaram o processo de tombamento, estava revoltado, e na entrevista desabafou: [...] *brigamos pra conseguir o tombamento e... o tombamento só trouxe pra Iporanga o pior [...]*” (Willy, 57, depoimento, 1990). Esse tradicional político iporanguense descarregava a culpa da situação na atuação dos órgãos públicos, ou de seus agentes:

“[...] *ofereceu a SABESP, instalações de água e esgoto de Iporanga, pra população concordá com o tombamento, certo, até então, a entrada da cidade, ali onde, onde você vê o cruzamento do rio, uma hora dessas a gente tava nadando lá... toda a cidade tava nadando, se divertindo... que era uma água límpida... hoje a SABESP conseguiu contaminá tanto o rio Ribeira de Iguape, como o ribeirão de Iporanga [...]*” (Willy, 57, depoimento, 1990)

A implantação da rede de esgoto surgiu claramente como barganha política nas falas dos entrevistados “[...] *o governo mandou... dois caminhões de manilhas, né, pra fazê rede de esgotos na cidade... com aquela política toda... prometendo mundos e fundos, dizendo que ia ajudá e tal [...]*” (Antonio C., 30, depoimento, 1990)

Em 1983, a problemática de Iporanga se agravou com a queda da Torre e parcialmente da Igreja. A situação foi muito dramática, dada a religiosidade local e a importância histórica e cultural da Igreja da Matriz para a vida iporanguense.

Percebeu-se que na pedagogia do tombamento, em suas relações sociais, que existiu todo um trabalho de contra-educação, de contracultura, de se tentar apagar da memória ou confundir o real significado do ato de tombamento, pois ficou preso na apologia da ruína, ou na visão da eterna espera paternal, própria do momento político que se vivia no país e com muito mais evidência no Vale do Ribeira.

Em relação a uma “*educação sobre o patrimônio histórico-cultural*”, Gohn (1992) faz também críticas quanto à condução dos processos de tombamento, fornecendo-nos justificativas para a situação iporanguense: “*Os anos 80 assistiram a uma onda de tombamentos, sem uma adequada política de gerenciamento desses bens para que não se deteriorassem.*” (Gohn, 1992:62-63).

Esse trabalho de Gohn (1992) mostra a trajetória histórica dos movimentos sociais e suas dimensões educativas na acepção coletiva de cidadania, construído ao longo do processo de luta e no interior da prática social em curso (Gohn, 1992, p. 16). E essa

dimensão ficou em segundo plano durante o processo de tombamento de Iporanga. O individualismo, a ausência de consciência para uma cidadania coletiva, a falta de articulação, a política paternalista, e muitas vezes corrupta, e as ações simplistas e frágeis do órgão de preservação provocaram um afastamento da compreensão do caráter educativo presente nos movimentos relacionados ao tombamento.

Implantação do Parque

O processo de implantação do PETAR teve sua origem baseada nas articulações do antigo Instituto Geológico e Geográfico (IGG) e na formação, em 1957, de uma comissão especial que viabilizasse a criação do Parque. Assim, em 1958, o PETAR é criado pelo decreto 32.283, de 19 de maio de 1958, do Governador Jânio Quadros.

Do mesmo modo que no caso do tombamento da cidade, o trâmite para efetivação do PETAR foi bastante complicado, marcado por vários conflitos. Mesmo com a propalada preservação ambiental e as propostas de turismo como principal opção para o Alto Ribeira o parque ficou por muitos anos em estado de total abandono.

No período entre 1979 e 1983, ocorreram diversas ações visando a retomada da questão do Parque, lideradas pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e pelo Centro Interdisciplinar de Pesquisas (CENIN), que produziram um extenso Dossiê sobre os problemas do Alto Ribeira, mobilizando diversas entidade ambientalistas e científicas.

Com o início do período democrático (1983) inicia-se a demarcação do PETAR, no entanto, isso não diminuiu os conflitos, nem controlou as resistências ou os conflitos.

De acordo com Clayton Lino, agente de proteção ambiental que participou tanto do tombamento quanto da implantação do PETAR, havia ótimas intenções nas ações do Estado para a região, já que procuravam atacar as questões básicas, entre outras: as estradas vicinais, a agricultura, os parques e a questão fundiária, essa última ressaltada como sendo a mais importante, pois, todas as outras estavam na sua dependência .

No entanto, o próprio Clayton Lino afirma que o andamento do processo estava complicado, mas que não daria para ter sido diferente, visto que o país passava por um período de ajuste social bastante conturbado. De outro lado, considerava Iporanga um bom exemplo dos conflitos existentes no Brasil, quanto a questão do modelo de desenvolvimento e do conceito de progresso.

A base da economia iporanguense eram as atividades ilegais, como a extração do palmito e de madeira, ou irregulares como a mineração dentro do Parque. A única coisa que o agente de proteção ambiental considerava como legal, era o funcionalismo público, que absorvia parcela expressiva da população. Então, isso gerava problemas, pois boa parte da população trabalhava clandestina, escondida, como se fossem marginais, foras-da-lei:

“ [...] uma situação péssima pra eles, injusta com eles, porque não tem alternativa certo?! E ao mesmo tempo, o negócio é... falá... bom, então deixa degradá por causa disso? Então, isso daí sempre foi um conflito, [...] o único jeito de resolvê isso é tendo outras alternativas econômicas” (Clayton, 37, depoimento, 1990)

Em contrapartida, Clayton Lino afirmava ter sempre rebatido a idéia de exploração mineral e vegetal e especulação imobiliária dentro do Parque, que eram freqüentes nessa época, no início da década de 80. Ele contrapõe e analisa:

“A questão do turismo... uma fonte efetiva, qui poderia sê desenvolvida e algum tipo de... outro tipo de indústria, não poluente. Mas, nunca foi isso, nunca apareceu investimento nessa área... um círculo vicioso. Não tinha estrada, então ninguém vai fazê investimento [...]. Pra quebrar esse círculo, só com uma ação do governo em termos de infra-estrutura [...]” (Clayton, 37, depoimento, 1990)

Percebeu-se, em muitos dos depoimentos, que os moradores viam o Parque como o único responsável por todos os problemas de Iporanga. O político iporanguense, mais exaltado com a situação, deu-nos uma mostra da sua indignação com relação à atuação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

“[...] num têm a mínima idéia da situação qui ela tá criano, e a mínima idéia de como saí dela. Aí eu me revoltei, quando o [...] representante da Secretaria do Meio Ambiente disse, qui as pessoas daqui são culpadas pela situação. Porque eles deviam continuá socano o arroz no monjolinho, certo, beneficiano o arroz no monjolo, qui poderiam continuá fazendo a farinha de milho, artesanalmente [...], qui poderiam continuá fazendo a rapadura, é... com os engenho de pau, como faziam antigamente, qui isso ia atraí os turista... Eu refleti um pouco, se não fazia um gesto até mais sério, viu... mais eu disse [...], fazê farinha do quê,

meu amigo... de raiz de pau... Fazê rapadura de quê [...] socá o quê no monjolo, meu amigo, se vocês não deixam siquer plantá um pé planta [...]” (Willy, 57, depoimento, 1990)

A oficial do cartório, mais contundente, forneceu argumentos endereçados aos responsáveis do PETAR, que reforçavam essa visão negativa:

“[...] vocês não indenizaro, vocês não pagaro, vocês não fizeram nada com ninguém, então, vocês não pode pura e simplismente falá qui é Parque agora, saiam daí. Vão pra onde? Qui condições vocês vão dá, entende; então, era esse tipo de briga [...] então, realmente era assim, tudo mundo qui falasse [...], de preservação, Parque,... iporanguero pegô uma birra, sabe, assim tipo de uma raiva memo, né...” (Sônia, 31, depoimento, 1991)

Outro entrevistado ponderava que a preservação era importante, mas, entendia que a sobrevivência deles também era:

“[...] todos nós entendemo qui precisa muita preservação, precisamos conservá os bichinho qui tem aí [...] nem lagarto num tão matano, cabô os caçador, cabô os tiro qui tinha por aqui [...] não se corta madeira, não se corta palmito, não se faz nada, nela é preservado... memo. [...] agora chega de madrugada, aqui, nhambú canta, ninguém mata o bichinho, tamo respeitano [...] tamém é preciso qui us governante entenda qui nós precisamos sobrevivê.” (Vandir S., 62, depoimento, 1990)

Mas tem o outro lado da história, principalmente entre os entrevistados do Bairro da Serra, que é o Bairro que mais se beneficiou com o turismo oriundo das atividades no PETAR. A dona de um bar, nesse bairro, fez observações, quando perguntada sobre o que aconteceu com a comunidade local com a vinda do Parque:

“[...] eu acho qui num mudou nada, a turma reclama do Parque, muitos falam, mais eu acho qui não, eu nunca sôbe, eu nunca vi, nunca sôbe qui aqui do bairro saiu, por acaso, um caminhão lotado de saco de feijão... eu nunca vi nada disso, tudo mundo plantava só pro gasto [...]” (Otília, 37, depoimento, 1989)

Entretanto, apesar de beneficiada diretamente pelo turismo, considerava que a solução pra Iporanga seria outra: *“[...] deveria sê uma fábrica de cimento, né, pra empregá*

todo mundo” (Otilia, 37, depoimento, 1989). Essa é uma contradição bastante presente entre os iporanguenses, devido às minerações que existiram, no município, no passado, mesmo que tenham deixado pouca coisa para Iporanga.

Outro entrevistado do Bairro da Serra, funcionário do PETAR e dono de antiga pousada, rebatia a idéia de que o PETAR foi um fator negativo para os moradores de Iporanga:

“[...] pelo contrário, o Parque vai trazê muito melhoramento pra ele, porque na tendência do, do Parque é de quem tá dentro, [...] eles mesmo sê o próprio fiscal do Parque, né, trabalhá e tê o emprego dele dentro do Parque. Mas, não fazê o qui eles quiria [...], qué dizê, o pessoal num respeitava, derrubava [...]. Porque aí já tá destruindo.” (Vandir A., 50, depoimento, 1991)

Em outro depoimento, um jovem membro da pastoral da igreja e de grupo de ação social, demonstrava uma visão um pouco mais ampla da questão:

“A preservação todo mundo acha qui é necessário, embora num afirmem isso, mais é exatamente porque eles, quando se fala de preservação do Meio Ambiente, eles acreditam, [...] como impedimento deles continuá trabalhano na terra, como sempre trabalharam [...] Então a... a vida, né, o verde, tá sendo prejudicial nesse sentido, na visão do trabalhador, na sobrevivência do lavrador. Então, é claro qui o pessoal fica contra tudo isso em parte de... de meio ambiente [...]” (Edivaldo, 30, depoimento, 1990)

O político iporanguense complementava essa idéia e afirmava que haviam aprendido a preservar com os próprios pais: *“[...] Antes de aparecê [...] Secretaria de Meio Ambiente em Iporanga, ninguém nunca se preocupô com nada aqui, foi o povo de Iporanga qui se preocupô [...]”* (Willy, 57, depoimento, 1990)

Quem forneceu outros argumentos foi o agente externo, Clayton Lino, que após quase 30 anos de atividades em Iporanga pode tranqüilamente afirmar “eu me sinto cidadão de lá”. Ele faz algumas considerações sobre o papel do Parque em Iporanga, os conflitos, os exemplos no Bairro da Serra:

“[...] o Parque por outro lado, conseguiu um avanço muito grande, existe hoje, muita coisa qui foi feita, tem muito pra fazê ainda, mas tá... mesmo qui vai

devagar numa época ou em outra, sei qui a coisa continua.” (Clayton, 37, depoimento, 1990)

Esse agente de proteção ambiental acredita que o turismo é uma das importantes alternativas aos problemas de Iporanga. Nos discursos dos moradores locais o turismo também é visto como uma solução para o município, mas ainda está associado à uma visão negativa e com certo do ceticismo. Um jovem palmiteiro, da sede do município, apresentou uma visão bastante interessante sobre o turismo, pois ele queria mudar de ramo:

“[...] se a gente não consegue vencê a correnteza, desce com ela, porque senão morre afogado... Então diante dessa circunstância eu acho qui a solução pra Iporanga... tem qui, tem e deve sê... acompanhamo o meio ambiente, apoiano ele [...] então, a solução pra Iporanga é através do turismo...” (Antonio C., 30, depoimento, 1990)

Dentre os entrevistados, um jovem artesão era o que tinha maior interesse que o turismo e a questão ambiental caminhassem juntos, na busca de soluções para o município. Ele nos dá lições quanto à sua percepção do turismo.

“[...] o turista, ele gosta de levá um pedacinho pra ele, né; tem muito disso. [...]. E se você tê um turismo consciente, né, eles nunca vão querê levá isso, porque você explicando pra eles qui num existe mais muitas reservas como esta, eles vão se interessá em preservá, como você qui mora aqui [...].” (Nilton, 24, depoimento, 1990)

Além disso, esse artesão mostrava que era preciso um trabalho sério de todos os envolvidos, em destaque a própria população de Iporanga. E esse era um processo que exigiria bastante organização.

Outro agente social entrevistado, um ativista do grupo de ação social e da comunidade da igreja católica, acreditava que o turismo era uma atividade irreversível, em Iporanga, no entanto frisava que não podiam deixar a população local à margem do processo: *“ a gente tá com medo que o Estado faça isso, e a gente acabe [...] sendo marginalizado, jogado pra fora da história... a gente num qué fica aqui como atração turística, qué participá disso tudo [...].”* (Edivaldo, 30, depoimento, 1990) (destaque meu)

Em relação à atuação do Estado, o próprio agente de proteção ambiental forneceu reflexões para uma avaliação geral da situação e teceu suas críticas:

“[...] a questão é que o Estado é muito emperrado, por exemplo, cê passa muito tempo fazendo orçamento e chega no fim do ano e não deu em nada aqueles orçamentos, bastava ter economizado aqueles dias de trabalho dos técnicos, todos qui ficaram fazendo o orçamento, qui dava mais dinheiro do qui o que vem no fim do ano.” (Clayton, 37, depoimento, 1990)

Ele considerava que o Estado precisava desburocratizar, não ficar fazendo levantamento nas comunidades que não vão dar em nada: *“De novo, perdeu-se tempo, [...] mais uma vez criou expectativa qui não atende, etc. Então, é uma irresponsabilidade.* (Clayton, 37, depoimento, 1990)

Essas percepções do problema, apresentados nos depoimentos, demonstraram a complexidade da situação e que não podemos ver com simplismo as questões colocadas. Não podemos, também, ficar em uma visão polarizada, do tipo: quem está certo ou quem está errado. Os aspectos elencados mostraram os vários lados do problema, entretanto, vários depoimentos “forçavam a barra” em generalizações freqüentes, mas indicavam poucas saídas, destacando-se mais a constatação dos problemas e as denúncias.

Diversas aprendizagens foram geradas nos processos de interação, nos conflitos e nas convivências entre os agentes, que encenaram essa história e que continuam à construir a realidade e o cotidiano de Iporanga.

O Fenômeno Pedagógico Extraído dos Conflitos

A questão do tombamento e a problemática do PETAR, caminharam conjuntamente e, apesar das especificidades, foram construindo um rico quadro de interações e atuações, suas complementaridades foram fatores determinantes da situação de Iporanga.

As práticas sociais decorrentes do processo de efetivação do PETAR e do Tombamento de Iporanga, ressaltaram a dimensão educativa ao longo dessa trajetória de ações conservacionistas e demonstraram que apesar da não explicitação pedagógica do movimento social que se instaura, ele acaba por produzir diversas aprendizagens.

Os caminhos que me levaram a essa compreensão cruzam com os de Gohn (1992), quando a autora discute o caráter educativo dos movimentos sociais:

“Falar da experiência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por meio de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.” (Gohn, 1992:17)

A problemática ambiental e os conflitos sociais advindos da implantação do Parque nos levaram a escavar as relações entre representantes da população local e os técnicos dos órgãos de proteção ambiental, aqui no caso, membros da Equipe de Terras e Recursos Naturais (ETRN) da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), cuja equipe seria, posteriormente, incorporada ao Instituto Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O mesmo vale para as relações entre a equipe do CONDEPHAAT e o processo de tombamento do patrimônio histórico-arquitetônico de Iporanga. Clayton Lino foi um personagem fundamental para compreensão dessas ações.

O fenômeno pedagógico desvelado nessas relações sociais, nos seus momentos de distanciamento e aproximação, permitiu um melhor entendimento do processo, mesmo que em alguns momentos tenha ocorrido de forma inadequada, principalmente, quando se pensa nas práticas visando a proteção da sócio-biodiversidade

Os conflitos desnudados permitiram perceber que aos poucos a oposição com relação à preservação ambiental e cultural, em decorrência das práticas sociais de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, foi sendo transformada, à medida que as aprendizagens levavam à compreensão de que é possível desenvolver o município sem deixar de preservá-lo.

Assim, o que se extraiu da pedagogia do tombamento é a necessidade da construção de uma consciência coletiva e da implementação do processo de planejamento participativo, a fim de que seja construído o futuro de Iporanga em torno de seus potenciais: turismo, artesanato e agricultura alternativa.

O patrimônio histórico-cultural de Iporanga é um elemento extremamente fortalecedor desse potencial, não se pode falar de Iporanga somente pelas cavernas ou a Mata Atlântica, é preciso vivenciar a sua história e sua cultura, para compreender seus potenciais, seus caminhos. Isso demonstra que, do ponto de vista de um trabalho de

preservação e educação ambiental, a natureza não deve ser vista como algo estático e previamente definido, mas, algo dinâmico, presente em todos os espaços de construção cultural da nossa vida em sociedade.

Do mesmo modo, o processo de implantação do PETAR, como exemplo do que ocorre nas demais Unidades de Conservação (UC), guardou-nos importantes aprendizagens, com relação à questão da proteção ambiental e das interações entre as populações circunvizinhas e o Parque.

Verificou-se no caso de Iporanga semelhanças ao que acontece, em geral, no Brasil, cujo modelo implantado de área natural protegida tem seguido os mesmos moldes norte-americanos, iniciado em meados do século XIX, que não previa a ocupação humana, para possibilitar a criação de vastas extensões de “natureza selvagem”. É preciso, pois, romper com esse **“mito da natureza intocada”**, bastante discutido por Diegues (1998 e 1999).

Esse autor demonstra em suas reflexões sobre o tema, que a forma como as UCs têm sido implantadas, mal planejadas, geram muitas vezes conflitos e o rompimento com as relações harmônicas que, anteriormente à UC, existiam entre as populações tradicionais e as áreas naturais. Ao contrário do que era propagado por algumas entidades ambientalistas, que afirmavam que a presença de populações humanas em Parques levariam à destruição desses patrimônios naturais, Diegues afirma que:

“[...] para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. Isso não implica numa visão bucólica dessas comunidades, que muitas vezes são obrigadas a ‘burlar a lei’ usando de forma inadequada os recursos naturais das áreas protegidas para assegurar sua sobrevivência.” (Diegues, 1998, p. 120-121)

Além disso, Diegues (1998) comenta que essa visão de intocabilidade das áreas naturais promove a expulsão dessas populações, um *“abandono forçado”* da região, levando-as a viver em condições totalmente adversas, que com a depauperação acabariam sendo empurradas para a moradia em áreas urbanas, cujas condições de vida são por vezes piores do que as que vivem dentro do Parque.

Isso reforça a necessidade de serem elaborados instrumentos mais eficazes de planejamento, visando o manejo adequado das UCs e sua relação com a população local. Além disso, Diegues & Nogara (1994) demonstram a importância de uma mudança radical na ótica de planejamento do manejo dessas áreas naturais, de modo a torná-lo um instrumento democrático, que se baseie nas “[...] percepções e valores que os grupos sociais têm do mundo natural, da importância dos processos naturais e não de princípios imanentes aos próprios ecossistemas.” (Diegues & Nogara, 1994, p. 174)

Contribuindo para essa discussão, Serrano (1999, p. 111-13) afirma que é necessário uma maior interação entre o Estado e as instituições da sociedade civil na gestão das áreas naturais protegidas; mesmo porque, a visitação das UCs possui vantagens que extrapolam a mera obtenção de renda a partir da cobrança de ingresso, em contrapartida, é preciso ter clareza, também, dos impactos negativos decorrentes do turismo na UC.

Quanto à superação do atraso regional do Vale do Ribeira por meio do desenvolvimento turístico, Azzoni (1993, p. 45) considera que a demanda potencial não é uma condição suficiente para isso, entretanto, demonstra que a real geração de emprego e renda no Vale depende da atividade turística, visto que: “[...] o turismo não é apenas viável na área, como também crucial para o seu desenvolvimento.” (Azzoni, 1993, p. 44).

No caso de Iporanga, particularmente, o turismo deve promover uma aproximação entre o patrimônio histórico-cultural e o patrimônio natural e, simultaneamente, promover mudanças nas visões meramente mercantilistas da atividade turística, que ainda predominam no município. Mas, para que isso ocorra de forma adequada é preciso atentar para o que Mendonça (1996) destacou em suas reflexão sobre a falsa oposição entre turismo e meio ambiente:

“[...] uma população pode participar da economia do turismo, estar em contato com os visitantes e até melhorar sua qualidade de vida, sem dissolver-se como cultura. Mas isso só será possível se essa população participar ativa e não passivamente do processo.” (Mendonça, 1996, p. 23)

Considerações Finais

Percebi que, se inicialmente tinha muito forte a questão da preservação das cavernas, da natureza, hoje tenho fortalecido o trabalho de preservação dos agentes que constroem a teia de interações em Iporanga e, ao mesmo tempo, a história que se desenrolou nesse contexto socioambiental peculiar. Um ambiente que nos uniu em torno da sua preservação e da busca de alternativas socioeconômicas a partir das próprias experiências da população local e das aprendizagens decorrentes, desnudando-se, assim, como produção social e construção cultural do conceito de educação ambiental.

Encenar essa novela pedagógica, que é a vida cotidiana, permitiu extrair importantes aprendizagens, fruto das práticas e relações sociais, que edificaram o processo educativo. Isso é muito importante para a construção de uma linha de pesquisa na área de educação ambiental que respeite as pessoas envolvidas no processo, em fluxo contínuo, e que aprenda e aprenda com elas, que convivem diretamente na realidade local, forjando o fenômeno pedagógico que se processa.

Por isso, acredito não ter sentido falar em Educação Ambiental, como algo genérico, como pílulas da salvação. É preciso, sim, aperceber-se da compreensão das complexidades, das representações, das percepções, sem deixar de refletir sobre as constatações do trabalho realizado, do contrário tudo seria falso. A experiência, mais do que soluções fantasiosas, trouxe referências para aqueles que julgam que a vida em sociedade implica, continuamente, em ensinar e aprender, e, nessas trocas, percebe o processo educativo em construção; percebe a vida fluir, com mais justiça social.

Espero, por essas trilhas, ter iniciado a minha contribuição para o desenvolvimento de trabalhos de educação relativos à proteção ambiental e cultural, que pretendam realizar-se entre as classes populares e que estejam preocupados com reflexões político-ideológicas das práticas das entidades e dos agentes no campo da Educação Ambiental. Espera-se, ainda, que esse caminhar promova uma revisão constante de nossas posturas como **educadores** e de nossas visões como seres humanos.

Referências Bibliográficas

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico; reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. **Turismo em Análise**. São Paulo: ECA/USP, 4(2):37-53, nov. 1993.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel. São Carlos: UFSCar, 1996.

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. TEXTOS CERU, série 2; n.3)

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. **Cad. CERU**. São Paulo: CERU, 5(2):61-68, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações locais. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2ª. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos S. & NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque; estudo sócio-ambiental do Saco do Mamangá-Parati-Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1984.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época, 5)

GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis-RJ: VOZES, 1994.

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. **Ciência e Cultura**. São Paulo: SBPC, 38(1): 30-36, jan. 1986.

LANG, Alice Beatriz da S.G. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992. (Textos CERU, Série 2; n. 3)

LINO, Clayton F. **Vale do Ribeira: alternativa turismo**. 1976. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mackenzie, São Paulo. 2 v.

LINO, Clayton F. **Iporanga: um plano de desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural**. 1978. Monografia (Especialização em Patrimônio Ambiental Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos S. B. Definindo história oral e memória. **Cad. CERU**. São Paulo: CERU, 5(2):52-60, 1994.

MENDONÇA, Rita. Turismo e meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália I. G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”; trabalho feminino e relações de saber no meio rural**. São Paulo: Loyola, 1986.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da Nossa Época, v.41)

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Tombamento e Patrimônio Cultural. In: BENJAMIN, Antonio Herman V. (coord.). **Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1993.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

SERRANO, Célia M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 2^a. ed. São Paulo: Papirus, 1999.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **Práticas discursivas e a produção de sentidos no cotidiano; aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.